

Nº 16

| DEZEMBRO/2023

#em#fOrm@ç@0#

REVISTA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE
ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS DE AMARANTE E BAIÃO

UMA ESCOLA PARA TODOS:

CONSTRUIR AMBIENTES EDUCATIVOS INCLUSIVOS



ÍNDICE

4 EDITORIAL

– Ercília Costa

5 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO

Das políticas educativas à sala de aula.

– Hermínia Marques

8 AS LIDERANÇAS NA PROMOÇÃO DE AMBIENTES EDUCATIVOS INCLUSIVOS

– Jorge Pinheiro

9 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM SALA DE AULA

– Laura Pinheiro

10 DESAFIO À ESCOLA INCLUSIVA

A diversidade étnico-cultural.

– Cristina Santos
– Carla Sofia Zoio
– Maria Fernanda Freitas
– Lúcia Lopes

15 MIGRAÇÕES E INTERCULTURALIDADE: CONHECER PARA INTERVIR EM SALA DE AULA

Publicação com recursos pedagógicos para formadores e professores.

Diretora

Ercília Costa

Comissão Científica

*Adriano Basto
Edgar Lamas
Hermínia Marques
Maria João Carvalho
Maria Margarida Assis
Maria Odete Souto
Virgínia Oliveira*



ÍNDICE

16 A AVALIAÇÃO AO SERVIÇO DA INCLUSÃO

- Flávia Vieira
- Sónia Ribeiro
- Carla Sofia Zoio
- Ana Luísa Mota
- Helder Barros

20 PRÁTICAS INCLUSIVAS EM CONTEXTO DE SALA DE AULA

Trabalhos dos formandos.

- Ana Baptista e Gabriel Vilas Boas
- Ana Isabel Correia, Lúcia Lopes e Maria Fernanda Freitas
- António Jorge Ribeiro, Carla Sofia Zoio, Marco Fernandes e Sónia Ribeiro
- Helena Proença e Lúcia Ferreira
- Ana Luísa Mota, Manuel Babo e Maria José Rocha

27 CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Reflexões dos formandos.

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| - Maria Alice A. Costa | - Ana Baptista |
| - Maria Teresa Lopes | - Gabriel Vilas Boas |
| - Fernanda Capela | - Maria Alice M. Costa |
| - Lília Gonçalves | - Lúcia Ferreira |
| - Angelina Teixeira | - Cristina Afonso |
| - Pedro Miranda | - Fátima Isabel Araújo |
| - Maria Manuela Miranda | |
| - Nuno Mota | |
| - Cátia Fraga | |

36 INCLUSÃO DE ALUNOS MIGRANTES EM MEIO EDUCATIVO

Publicação com estratégias, sugestões e recursos para a inclusão dos alunos migrantes no sistema educativo.

Os artigos/textos publicados na revista são da inteira responsabilidade dos seus autores.

EDITORIAL

Ercília Costa

(Diretora do CFAE de Amarante e Baião)

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. (John Dewey)

Todos nós conhecemos a expressão “Todos diferentes, Todos iguais”. Na prática, nem sempre se aplica, havendo muita discriminação, seja pela condição social, pela condição socioeconómica, cor, raça, crença, orientação sexual ou pela deficiência. É responsabilidade da escola dar a mesma oportunidade a todos os alunos, levando cada um(a) a um percurso de sucesso.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, reforça o direito que cada aluno tem a uma educação consentânea, devendo o aluno ser o centro e a “base de projetos educacionais inclusivos”, com respeito pelas suas necessidades, capacidades e expectativas e

assente no “desenho universal para a aprendizagem e uma abordagem multinível de acesso ao currículo.”

O Centro de Formação de Associação de Escolas de Amarante e Baião tem vindo a ofertar formação na área da inclusão, nomeadamente para as lideranças e para as práticas pedagógicas em sala de aula.

Partilhar o trabalho dos(as) nossos(as) formandos(as) é o lema da nossa revista. Nesta edição, partilhamos parte das reflexões das turmas de formação “As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos” e “Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula”.



UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO: DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS À SALA DE AULA



Fonte da imagem: Canva

Hermínia Marques

(Representante AFC no CFAE de Amarante e Baião)

Como podemos transformar as políticas educativas atuais em práticas tangíveis e eficazes nas nossas escolas e nas salas de aula, garantindo que cada aluno, independentemente das suas diferenças, se sinta verdadeiramente acolhido, respeitado e capacitado para atingir o seu máximo potencial?

As políticas educativas atuais, plasmadas em documentos como o Decreto-Lei n.º 55/2018, o Decreto-Lei n.º 54/2018, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), as Aprendizagens Essenciais e o Plano 23|24 apontam no sentido da inclusão. Estes documentos desafiam os modelos tradicionais de ensino e enfatizam uma abordagem assente na adaptação e na flexibilidade para se atender às necessidades de todos os alunos. E aqui encontramos uma diferença em relação a diplomas anteriores. Assim, o Decreto-Lei n.º 54/2018 desvia o foco da categorização dos alunos com base nas “deficiências” ou nas “necessidades educativas especiais” (como era o caso do Decreto-Lei n.º 3/2008) e releva as potencialidades do aluno, aquilo em que o aluno é funcional. Significa dizer que a inclusão não se limita a um grupo específico de alunos, mas estende-se a todos, reconhecendo e valorizando a diversidade presente na escola, traduzida em diferentes formas de aprender e, como tal, na diversificação dos modos de ensinar.

É neste contexto que se percebe a criação da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), composta por um conjunto de elementos permanentes e outros variáveis. A sua atuação vai além dos alunos que apresentam “deficiências e incapacidades” (Decreto-Lei n.º 3/2008) e, entre outras, abrange ações como a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, o aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento e monitorização da aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o acompanhamento do funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem. Trata-se, assim, de responder à “diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos” (Decreto-Lei n.º 54/2018).

Sabemos que a escola é um ambiente que, teoricamente, procura ser democrática e igualitária para todos. No entanto, essa igualdade nem sempre se concretiza. Podemos questionar se existirá verdadeira inclusão quando há desigualdade de oportunidades no acesso à aprendizagem.

Na prática, cada aluno tem um “capital cultural” diferente, dependendo das suas experiências, das vivências e dos contextos em que se situa. Alguns nascem em ambientes expostos a uma diversidade de estímulos intelectuais, com acesso a diferentes áreas do conhecimento e da cultura, sendo encorajados a explorarem-nos no contexto familiar. Esse “capital cultural” pode dar aos alunos vantagens no ambiente escolar, já que estarão mais familiarizados com determinados conteúdos ou abordagens pedagógicas.

A experiência de vida de cada aluno resulta da sua própria realidade, distinta de todas as outras. E, por isso, cada aluno traz consigo um conjunto único de competências, interesses e perspectivas que devem ser reconhecidas e valorizadas. Essa diversidade de “bagagens” individuais é desafiante para o professor, mas também traz uma riqueza inestimável aos processos de ensino e de aprendizagem.

Um outro aspeto que devemos precaver está relacionado com a organização do espaço, já que pode influenciar significativamente a dinâmica, a eficácia da aprendizagem e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Quando os alunos estão distribuídos por mesas e cadeiras separadas entre si, de frente apenas para o professor, fazendo lembrar as filas de um autocarro, a diversificação de estratégias e a interação dinâmica e colaborativa tornam-se mais difíceis.

Contudo, a reconfiguração do espaço físico da sala de aula não se limita apenas à disposição do mobiliário e dos recursos, os quais devem estar acessíveis a todos os alunos e permitir a fácil circulação do professor e dos alunos. Abrange ainda a criação de um ambiente que promova uma participação ativa e inclusiva, adaptada às necessi-

dades individuais dos alunos, incluindo dos que apresentam mobilidade reduzida, e que permita a diversificação das estratégias de ensino e de aprendizagem. A decoração, as cores escolhidas e os materiais utilizados na sala de aula podem tornar estes espaços mais acolhedores e motivadores, influenciando positivamente os alunos (por exemplo, a sua concentração e criatividade) e, desta forma, facilitando o processo de aprendizagem. Às vezes, aspetos tão simples como a possibilidade das cadeiras e mesas serem ajustáveis ao tamanho do aluno permitem criar condições de “bem-estar”, que não podem ser esquecidas em todo este processo. E porque não estendermos o ambiente de aprendizagem para além das quatro paredes da sala de aula, abrindo espaço para atividades ao “ar livre” e explorando outras áreas externas?

Sempre que possível, os ambientes de aprendizagem devem prever a criação de áreas específicas para diferentes atividades. Neste sentido, algumas escolas têm apostado em espaços ajustáveis e configuráveis, possibilitando atividades individuais, em grupo, debates e outras estratégias centradas no aluno, na colaboração e interação, sem esquecer a possibilidade de se usarem os recursos/tecnologias digitais. Quando esta preocupação está presente, é mais fácil pormos em prática os princípios que suportam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), criando ambientes estimulantes e inclusivos, que atendem às necessidades de aprendizagem de todos os alunos e oferecem diferentes modalidades de representação, ação e expressão.



Fonte da imagem: Canva

É fundamental reconhecermos que a transição para uma escola inclusiva é um processo contínuo, que requer não apenas a alteração das políticas educativas, mas, sobretudo, da nossa vontade em implementarmos estas diretrizes nas escolas, responsabilizando-nos a todos pela definição e implementação de medidas concretas nas salas de aula. É esta a mensagem patente no nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2018, quando refere que *“as linhas de atuação para a inclusão vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização”*. E essa ação e mudança implica que, sempre que necessário, sejam mobilizados outros recursos complementares, que possam dar resposta a nível da saúde, do emprego, da formação profissional, da solidariedade e segurança social, numa sinergia constante entre a escola e a comunidade.



Fonte da imagem: Canva

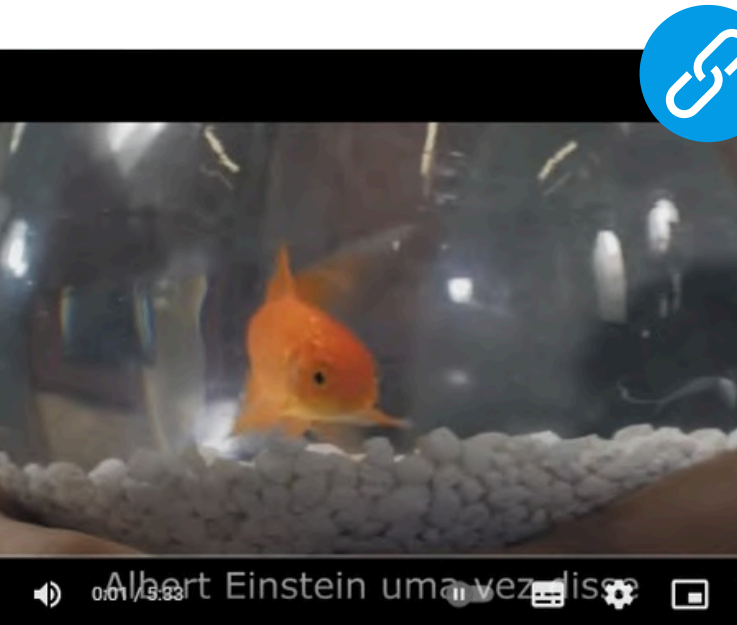
Regressando à questão inicial, obviamente que não tenho uma receita, nem um único caminho que aponte para a solução. Pela nossa prática letiva, sabemos que a efetiva implementação das políticas educativas inclusivas no quotidiano escolar é um desafio e requer uma abordagem multifacetada e holística. Implica criarmos redes de apoio e parcerias que envolvam ativamente as famílias e a comunidade, num compromisso coletivo no sentido de obtermos o sucesso de cada aluno. Significa privilegiarmos a colaboração e a cooperação, promovendo uma cultura escolar que celebre a diversidade, a inclusão, a personalização e o respeito mútuo. Leva a que repensemos a avaliação e o modo como desenvolvemos o currículo, tornando-os mais flexíveis e adaptados aos diferentes estilos de aprendizagem.

Assim sendo, uma peça-chave neste caminho para a inclusão é a formação contínua e a relevância da capacitação dos docentes na criação de uma “Escola para todos”. Os cursos de formação “Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula” e “As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos” permitem a reflexão sobre estas temáticas, sensibilizando-nos para as diferenças individuais dos alunos e proporcionando-nos ferramentas e/ou estratégias pedagógicas que nos ajudem a lidar com a heterogeneidade e a diversidade na sala de aula e na escola. Através da reflexão-ação, da formação e tendo em conta esta visão holística e comprometida daremos passos sólidos em direção a uma educação mais inclusiva e enriquecedora para todos os envolvidos.

(Adaptado do trabalho final realizado no âmbito do curso de formação “[Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula](#)”)



AS LIDERANÇAS NA PROMOÇÃO DE AMBIENTES EDUCATIVOS INCLUSIVOS



A planificação do curso de formação “As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos” teve como ponto de partida a recolha dos conhecimentos prévios de cada formando(a), bem como a recolha das ideias que cada um tinha de educação inclusiva e de liderança.

Citados alguns autores, ficou patente que aos alunos deve ser dada a oportunidade de cada um poder aprender até ao limite das suas capacidades, sendo que, nesse sentido, lhe devem ser eliminadas as barreiras que o impedem de ter acesso e de construir a sua própria aprendizagem. Deste modo se contribui para o desenvolvimento qualitativo da instituição escolar e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar e de ensinar.

Jorge Pinheiro

(Formador no CFAE de Amarante e Baião)

Consciente de que cada processo muda e está constantemente a provocar mudança com vista a um maior desenvolvimento dos alunos, dos educadores, da aprendizagem e também porque hoje são exigidas funções que vão muito para além do espaço sala de aula, penso que devemos refletir continuamente sobre este processo. Assim, devemos sensibilizar e encorajar para a promoção de uma educação inclusiva, de modo a contribuir para a construção da autonomia profissional dos professores e, conseqüentemente, termos registos de melhoria do ensino e da aprendizagem.

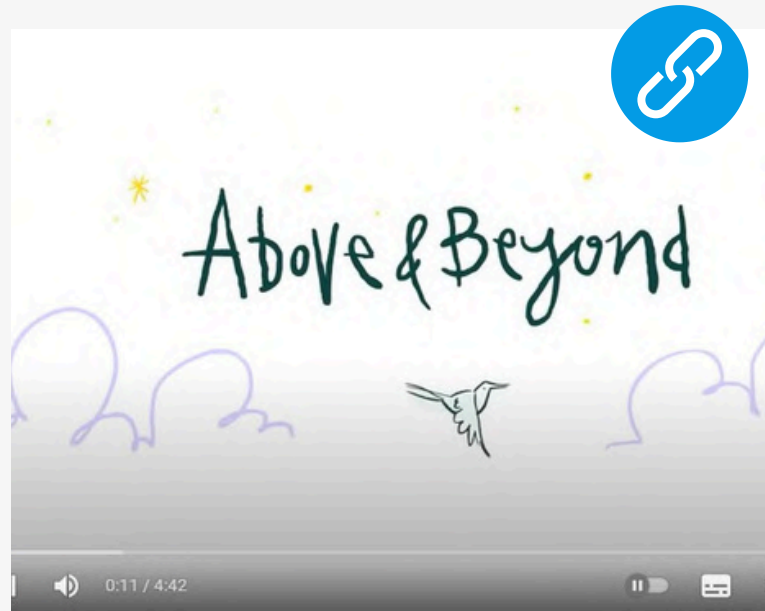
Em conclusão, houve reflexão sobre as práticas que levarão à adoção de novos procedimentos capazes de operar melhorias na escola, nos alunos e nos professores e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM SALA DE AULA

Laura Pinheiro

(Formadora no CFAE de Amarante e Baião)

O curso “Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula” visou colmatar as necessidades de formação dos(as) educadores(as) de infância, professores(as) do ensino básico, secundário, professores(as) de educação especial e outros profissionais da educação, relativamente às questões ligadas à educação inclusiva, seu enquadramento face ao Perfil dos Alunos e implicações dos diplomas recentes (Decreto-Lei n.º 54/2018 e Decreto-Lei n.º 55/2018) na concretização da ação educativa. Por conseguinte, os objetivos da formação estiveram relacionados com como operar num contexto de flexibilização curricular e de inclusão, articulando com outras áreas de saber, definindo estratégias de diferenciação pedagógica e utilizando formas de avaliação e de monitorização diversificadas.



Houve oportunidade para consolidar o conhecimento sobre os modelos de enquadramento à operacionalização da educação inclusiva nas suas características essenciais, para aprofundar o conhecimento sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), por forma a permitir a planificação com intencionalidade estratégica, organizando a dinâmica pedagógica, conciliando as aprendizagens a desenvolver e as características específicas de todos os discentes. Por último, analisamos o carácter contínuo e sistemático da avaliação pedagógica, ao serviço das aprendizagens, enquanto processo regulador do ensino e das aprendizagens.



Imagem gerada pela IA do Canva

Desafio à escola inclusiva: a diversidade étnico-cultural



Documentário “Dos manuais às universidades, onde está o racismo na escola?”

Cristina Santos

Problemas/situações de racismo no documentário:

- A capacidade intelectual não era valorizada;
- Sofreram de discriminação: eram os primeiros suspeitos em caso de desaparecimento de objetos; não eram escolhidos para papéis de maior relevância nas peças de teatro; ficavam no fundo da sala de aula; tratados de forma diferente;
- Houve uma época em que se intensificou o prosseguimento de estudos pelas vias profissionalizantes para os meninos do bairro;
- Discriminação na colocação de alunos nos locais de estágio;
- Presença de conteúdos nos currículos que indiciam o racismo e a discriminação.

Soluções:

- Mais intervenção social de forma a fazer-se uma maior ligação entre a escola e os bairros / locais de residência mais desfavorecidos para minimizar as desigualdades sociais;
- Dinamizar atividades que valorizem a diversidade cultural (...) e assegurem a efetivação dos direitos humanos na escola;
- Alteração de alguns conteúdos nos manuais escolares;
- Embora não haja leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas que existem na cabeça das pessoas, a Educação pode ajudar a colocar, tanto nos jovens como nos adultos, a possibilidade de se questionarem e de desconstruírem os mitos de superioridade e de inferioridade.



Fotografia de Laura Pinheiro

Carla Sofia Zoio

Problemas/situações de racismo:

- Separação por raças em contexto de sala de aula;
- Sentimento de inferioridade/Castração de sonhos.

Soluções:

- A sala de aula é um espaço onde não pode haver lugar para raças, religiões ou clubes. Na escola estamos todos com o mesmo propósito: Ensinar/Aprender. Somos todos iguais, livres e com direitos iguais.

- A questão de as crianças de raça negra ou de etnia cigana terem o seu futuro académico castrado à partida e numa fase muito inicial da sua escolaridade é tão ridículo que me surpreende que ainda aconteça neste país. Todas as crianças têm o direito de sonhar com o seu futuro seja em que área for. Não escolhemos profissões por catálogo.

Para mim a melhor forma de resolver todos estes problemas é entrar na escola e ser "daltónico", se não se conseguirem enxergar as crianças apenas como seres humanos a trilhar o seu caminho, então não aprendemos nada com a história.



Fotografia de Maria Fernanda Freitas

Maria Fernanda Freitas

Problema:

São dadas poucas possibilidades às crianças e jovens imigrantes, que falam outra língua, de desenvolverem todas as suas potencialidades, pois ao não compreenderem a professora e ao não se conseguirem expressar, desanimam e até podem desistir.

Solução:

Haver grupos de alunos de acordo com a sua língua e terem aulas de apoio individualizado, para mais rapidamente entenderem a língua no país de acolhimento e até tirarem dúvidas sobre a nova escola.



Imagem gerada pela IA do Canva

Lúcia Lopes

Problema:

(...) Outra situação que acentua a discriminação com base na raça, ou na origem, está preconizada nos materiais de trabalho, nos manuais, em uso, em sala de aula.

Solução:

Relativamente aos manuais com textos e imagens que incitam à discriminação e desvalorização de outros povos, cabe a cada grupo de docentes responsável pela sua seleção ser rigoroso na observação destes critérios, uma vez que é dos parâmetros que os docentes devem observar/analisar aquando da seleção dos manuais. Cabe também a cada docente em contexto de sala de aula adotar uma perspetiva crítica e humana na análise dos documentos que têm para trabalhar, ajudando os alunos a perceber que o tempo das hegemonias já passou há muito!

Aceda à publicação no ícone de hiperligação.

Migrações e Interculturalidade



CONHECER PARA INTERVIR EM SALA DE AULA



RECURSOS PEDAGÓGICOS
PARA FORMADORES/AS E PROFESSORES/AS

Joana Simões Piedade
Sofia Lopes (AIDGLOBAL)



*Esta publicação propõe diversas sequências de atividades, organizadas em três temas:
Migrações na sociedade global e na escola, Atitudes e comportamentos perante a
diversidade étnico-cultural e Prática pedagógica e diversidade étnico-cultural.*




ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.



*A avaliação ao
serviço da inclusão*




Qual o lugar da autoavaliação na avaliação pedagógica?



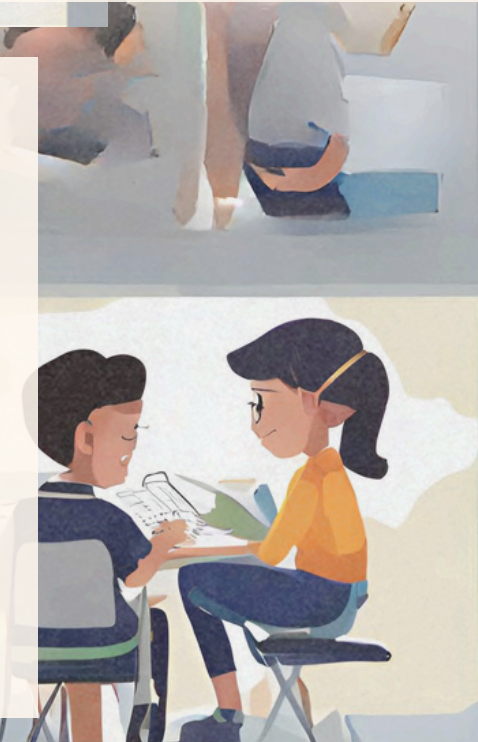
A autoavaliação ocupa um lugar crucial no processo de avaliação. Ela é uma ferramenta que permite aos alunos refletir sobre o seu próprio progresso e desenvolvimento. Como resultado, a autoavaliação pode ser vista como uma prática extremamente poderosa para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a autoconfiança, autodisciplina, responsabilidade e autonomia.

Através da autoavaliação, o aluno pode estar consciente das suas próprias limitações e pontos fortes e, sobretudo, aprender a reconhecer as suas próprias necessidades.

Flávia Vieira



A autoavaliação não deve ser realizada apenas no final de cada período ou semestre (prática comum nas escolas), mas sim ao longo do percurso de aprendizagem. Desta forma ajuda o aluno a identificar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, assim como permite uma reflexão sobre o seu trabalho e progresso. Deverá ser de carácter sistemático e contínua, de forma a regular a aprendizagem.



Sónia Ribeiro

Como é que a avaliação pode potenciar as aprendizagens?

A avaliação pode potenciar a aprendizagem na medida em que nos leva a criar instrumentos que se adaptam a todos os alunos.

A ideia principal que deve prevalecer é que todos podem aprender. Ora, indo de encontro a esta ideia, é necessário melhorar os processos de ensino/aprendizagem, de modo a que todos os alunos possam ser abrangidos, sejam eles bons ou menos bons.

Quando a avaliação surge como uma forma de adequar as estratégias pedagógicas às especificidades dos alunos, torna-se necessariamente um instrumento de inclusão na escola. Deste modo, pode levar os alunos a ganharem motivação extra para se empenharem nas suas aprendizagens.

Carla Sofia Zoio

Como é que a avaliação formativa se articula com a avaliação sumativa?

A avaliação sumativa permite fazer um ponto de situação do que os alunos sabem e são capazes de fazer, no final de um conteúdo ou unidade. É um processo mais pontual, pois ocorre num momento determinado, enquanto a avaliação formativa é de cariz mais contínua. No entanto, os dois tipos de avaliação implicam recolha de informação, permitindo comunicar com os alunos através do feedback e complementam-se, devendo contribuir para desenvolver as aprendizagens dos alunos.

Ana Luísa Mota

Imagem gerada pela IA do Canva

Contributo da ação para o desenvolvimento pessoal e profissional no âmbito da avaliação...



Um dos pontos que me alertou em particular é a tendência que se assiste em valorizar a avaliação formativa. Esta permite que o docente tenha um feedback constante, quer da avaliação das aprendizagens dos alunos, quer da avaliação do processo, em que todos temos de ter uma grande humildade e de revermos os nossos processos quando não estamos a chegar ao aluno, na sua individualidade, e aos alunos, enquanto grupo/ turma. Todos os sinais que podemos dar ao aluno que este segue no bom caminho reforçam o seu engajamento com a escola e o prazer em aprender de uma forma feliz e num ambiente em que este se sinta confortável e o mais feliz possível. E nós, enquanto docentes, quando temos a noção clara de que podemos sempre mudar, reformular os nossos processos de ensino, em função das repostas que os alunos nos vão dando, reduziremos desta forma a carga de angústia em que poderemos viver se não estivermos atentos aos sinais que os alunos nos dão, relativamente às suas aprendizagens.

“O campo da educação, a Escola, não escapou a estas correntes de pensamento. Os rankings, os exames nacionais, as avaliações internas das escolas, os quadros de honra, o primado dos resultados escolares sobre a cultura das crianças e jovens, fazem hoje parte do nosso contexto educativo, tanto em termos dos discursos, como das práticas. Esta forma de avaliar, e conseqüentemente de entender a avaliação, tem grande impacto na educação das crianças e jovens pois condiciona o seu futuro escolar, colocando-os muitas vezes em situação de exclusão por não terem a qualidade ou o mérito necessário”. (Pinto, 2023)

Pinto, J. (2023). Avaliação formativa: uma prática para a aprendizagem. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal.

Helder Barros



*Práticas
inclusivas
em
contexto
de sala de
aula:
trabalhos
dos
formandos*



Aceda ao recurso e trabalho nos ícones de hiperligação.

Ana Baptista
Gabriel Vilas Boas

Diversidade animal na Serra da Aboboreira

(Atividade em que foram aplicados os princípios do DUA - Desenho Universal para a Aprendizagem).

Destinatários: Alunos dos 5.º / 8.º anos

Disciplinas envolvidas: Português, Cidadania e Desenvolvimento, TIC, Ciências Naturais e Educação Visual

Objetivo: Permitir que os alunos estudem um animal (mamíferos, aves, répteis, anfíbios) de entre as 20 espécies que existem na Serra da Aboboreira e criem uma apresentação (desenho, vídeo, animação apresentação multimédia, jogo em Scratch, ...) para demonstrar a sua aprendizagem.

Apresentação dos objetivos e escolha do tema:

1. O professor introduz os objetivos do projeto e mostra um vídeo sobre a Serra da Aboboreira.



Imagem gerada pela IA do Canva

2. A identificação dos animais é feita a partir de uma sopa de letras, através de trabalho individual.

- De seguida, formam-se pares de alunos: um aluno irá escolher um animal que lhe desperte interesse e terá de o descrever, sem dizer o seu nome, com o máximo de detalhe, ao seu colega que o vai desenhar, em 15 minutos.
- Cada par mostra à turma o resultado do seu trabalho e recebem feedback dos colegas. Por fim, tenta-se chegar à identificação do animal.

Fase de pesquisa: Os alunos têm acesso a uma variedade de recursos para a sua pesquisa, como livros, artigos online, vídeos, documentos históricos, entrevistas, entre outros. Isso permite que cada aluno encontre informações de acordo com a sua preferência de aprendizagem. O professor fornece um [Google Slides](#) com os tópicos cuja informação os alunos deverão pesquisar (nome científico, classe, habitat, regime alimentar, locomoção, revestimento, reprodução, estado da espécie (vias de extinção ou não), som, ...).

Flexibilidade na demonstração do conhecimento: Os alunos têm a opção de como desejam apresentar a sua aprendizagem. Alguns podem preferir criar um vídeo narrativo, outros um documentário, uma animação, um desenho em 3D, etc. Isto oferece diferentes maneiras de expressar o conhecimento, respeitando as habilidades e preferências individuais de cada aluno.

Apoio e feedback: Durante o processo, o professor oferece suporte individualizado, orientação e feedback adaptado às necessidades dos pares. Pode incluir esclarecimento de dúvidas, sugestões de melhoria e ajuda na organização das informações.

Avaliação flexível e diversificada: A avaliação não se limita a um único formato. Além do vídeo criado, podem ser considerados roteiros, pesquisas prévias, *storyboard*, esboços ou outros materiais preparatórios. Isso permite avaliar o processo de aprendizagem, não apenas o produto final. Exemplo de uma rubrica para o trabalho de pares disponível [AQUI](#).

Sopa de letras



P	A	P	A	F	I	G	O	S	L	J	A	V	A	L	I
O	E	F	C	Z	S	X	H	R	E	T	E	D	E	O	G
U	T	R	A	P	O	S	A	E	C	S	C	R	Q	N	Q
P	M	J	S	E	E	M	E	C	O	B	R	A	S	T	E
A	N	E	T	S	E	N	B	P	S	Q	T	B	B	R	F
A	B	C	H	A	P	I	M	R	E	A	L	C	E	A	X
I	E	V	G	L	N	P	G	F	B	V	Z	X	D	E	L
H	F	B	T	A	R	T	A	R	A	N	H	A	O	Q	O
L	U	O	E	M	L	M	V	B	H	E	T	L	N	M	B
J	I	Q	L	A	V	E	R	C	A	V	B	Q	I	V	O
D	N	M	E	N	G	V	N	O	H	M	M	G	N	R	T
E	H	N	T	D	H	E	M	E	J	N	E	F	H	S	A
L	A	G	A	R	T	O	P	L	B	E	L	T	A	M	G
B	P	M	Q	A	E	C	T	H	V	E	R	D	M	N	U
S	A	P	O	P	B	V	M	O	C	H	O	B	Z	T	I
O	E	F	V	Z	S	X	H	R	E	T	E	D	E	T	A



Ao adotar esse modelo, os alunos têm liberdade para explorar, aprender e demonstrar o seu conhecimento de maneiras diversas, respeitando-se as suas preferências individuais. Esta flexibilidade e diversidade no processo de aprendizagem são pilares do DUA (Desenho Universal da Aprendizagem), permitindo que todos os alunos se envolvam e participem ativamente na atividade.



Aceda ao trabalho dos formandos no ícone de hiperligação.

Ana Isabel Correia
Lúcia Lopes
Maria Fernanda Freitas



Uma abordagem interdisciplinar (Geografia, História e Português) à obra “O Cavaleiro da Dinamarca”, segundo o princípio do Desenho Universal da Aprendizagem.

Geografia

Visualização de um vídeo que introduz a viagem do Cavaleiro da Dinamarca e através do diálogo vertical e horizontal os alunos são convidados a falar sobre as suas experiências de viagens referindo o que viram, como prepararam e que tipo de conhecimento é necessário antes de fazer uma viagem.

História

- Visualização de um vídeo, sobre as tradições de Natal de alguns países europeus e as referidas no Cavaleiro da Dinamarca ligadas ao Cristianismo, diálogo vertical e horizontal sobre as tradições natalícias de cada um.

Português

Diálogo horizontal e vertical sobre a noção de “Cavaleiro”.
Análise do título da obra (O Cavaleiro da Dinamarca), tendo por base as categorias da narrativa aí presentes (personagem e espaço).
Observação da capa da obra e antecipação de sentidos.
Audição do primeiro excerto da obra em estudo (localização da ação no tempo e no espaço).

Imagem gerada pela IA do Canva

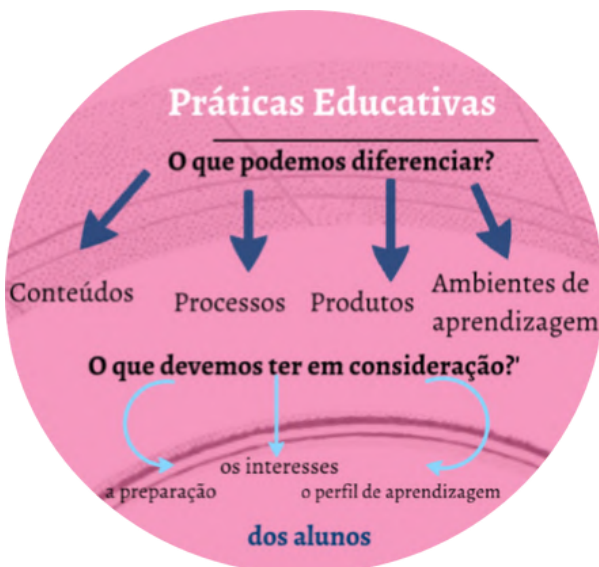


Aceda ao trabalho dos formandos nos ícones de hiperligação.

António Jorge Ribeiro
Carla Sofia Zoio
Marco Fernandes
Sónia Ribeiro



A diferenciação pedagógica surge da necessidade das escolas. As salas de aula são cada vez mais heterogéneas, tendo "alunos com características, perfis, ritmos de aprendizagem, valores, culturas, etnias e naturalidades diferentes" (Pimentel, 2014, p. 6).



Sobredotados



"Os sobredotados não deixam de ser inadaptados na sociedade e, ou se lhes dá oportunidades, respeitando o seu direito à diferença, de desenvolver as suas capacidades de forma harmónica, positiva e integrada, ou corre-se o risco de perder esses valores para o progresso da humanidade e se atiram para a marginalidade e para caminhos ínvios e obstaculizantes do processo."

Angeiras (1992)





Aceda ao trabalho dos formandos no ícone de hiperligação.



Imagem gerada pela IA do Canva

Helena Proença Pinto
Lúcia Ferreira



Práticas Pedagógicas Inclusivas em Sala de Aula

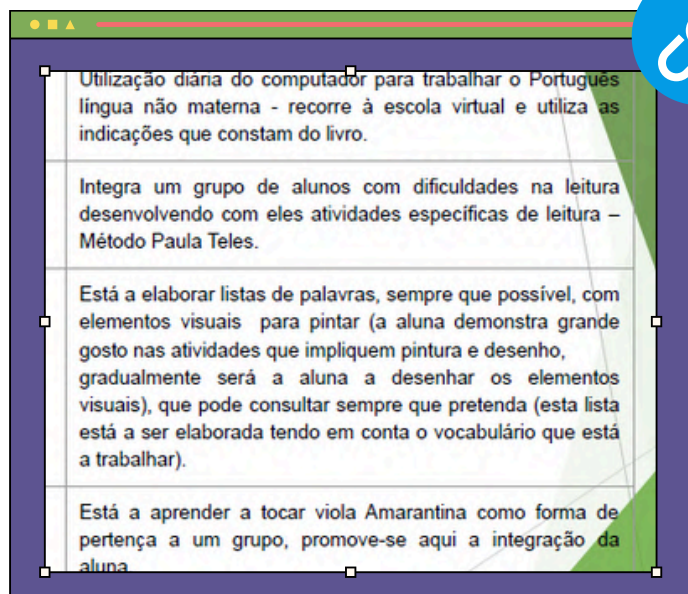
Trabalho de Apresentação Final

Tema 3

Apresente uma situação de um aluno/ uma aluna cuja língua materna não era a língua portuguesa e as medidas de apoio à aprendizagem que lhe foram oferecidas.

Helena Proença
Lúcia Ferreira
novembro 2023

Análise do caso de uma aluna recém-chegada ao sistema educativo português, proveniente de um país europeu, que integrou o primeiro ciclo do ensino básico. Foi alfabetizada na língua francesa e fez todo o seu percurso académico na mesma língua. Teve algum contacto com a língua portuguesa, em contexto familiar. As medidas educativas aplicadas à aluna estão disponíveis nos ícones de hiperligação.



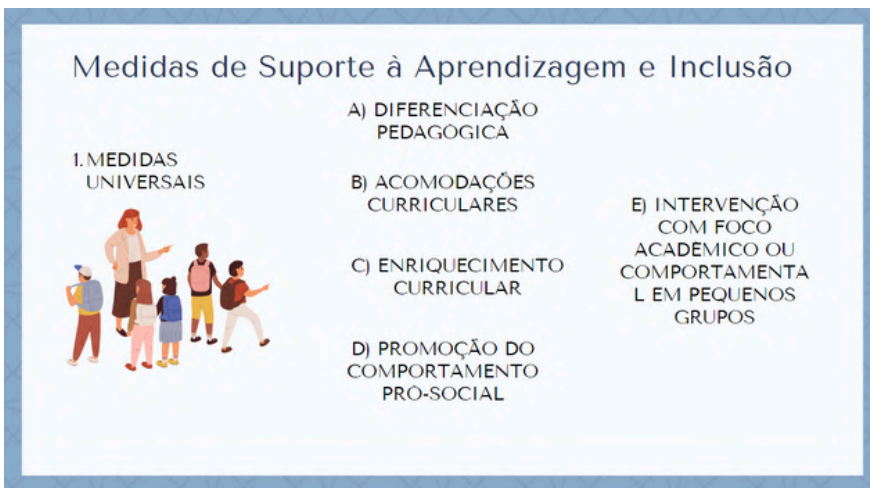


Aceda ao trabalho dos formandos no ícone de hiperligação.

Ana Luísa Mota
Manuel Babo
Maria José Rocha



A dislexia é uma dificuldade de aprendizagem específica que acompanhará o aluno para sempre. Este trabalho apresenta algumas das intervenções que poderão ser utilizadas com alunos com esta problemática.



Perante as dificuldades da "Maria", pretendemos desenvolver estratégias que promovam o seu sucesso educativo. Pretendemos ser orientadores, facilitadores e ajudar a aluna a encontrar a motivação necessária para ultrapassar obstáculos.



Imagem gerada pela IA do Canva



CAMINHOS PARA A INCLUSÃO: REFLEXÕES DOS FORMANDOS

Imagem gerada pela IA do Canva

AS LIDERANÇAS NA PROMOÇÃO DE AMBIENTES EDUCATIVOS INCLUSIVOS

Imagem gerada pela IA do Canva

[REDACTED]
Maria Alice A. Costa



“A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo” (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003). Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que haja lideranças comprometidas em criar ambientes educativos inclusivos, que promovam a equidade, a diversidade e o respeito pela diferença.

[REDACTED]
Maria Teresa Lopes



Uma escola inclusiva é uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades. (Correia, 2013)

Considerando os princípios de igualdade de oportunidades educacionais da Lei de Bases da Educação Nacional, o Programa “Para o desenvolvimento de uma Escola Inclusiva”, deve ter como meta, proporcionar a todos os alunos a oportunidade de conquistar o espaço que lhe é de direito como cidadão, desenvolvendo a autonomia e independência para a real integração social.

Correia, L. M. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um Guia para educadores e Professores*. Coleção Necessidades Educativas Especiais. Porto: Porto Editora.

[REDACTED]
Fernanda Capela



Como agentes educativos, na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e capaz de dar resposta às mais diversas situações, quer sejam sociais, quer sejam de aprendizagem, temos de ter consciência da responsabilidade de cada um e é fundamental que nós, educadores, saibamos atuar de modo a proporcionar, aos nossos alunos, uma educação que vá ao encontro das suas necessidades e que desenvolva todas as suas potencialidades. Importa, ainda, que todos conheçamos as normas legais, os princípios e os pressupostos que estão na origem de uma lei que “obriga” a que as escolas e todos os intervenientes na educação dos alunos sejam capazes de olhar, de forma diferente, para cada um dos alunos. É imperioso saber que respostas dar, como fazer, porquê, quando e a quem.

[Redacted]

Lília Gonçalves



Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças (Mantoan). E é, simultaneamente, um desafio contínuo ao qual a escola e os docentes procuram corresponder de forma assertiva e flexível, contribuindo para uma efetiva inclusão de todos e de cada um, numa sociedade cada vez mais marcada pela diversidade.

As alterações das políticas educativas implementadas ao longo dos anos implicam uma constante atualização, adaptação e reflexão no sentido de, indo ao encontro do que a legislação prevê, adequar a ação docente à consecução dos objetivos que as mesmas políticas visam atingir.

[Redacted]

Angelina Teixeira



Esta ação contribuiu essencialmente para me “aguçar” o apetite em termos de me consciencializar ainda mais para a necessidade de uma escola cada vez mais inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos e a adaptação do perfil de competências que a escola pretende que cada aluno desenvolva de forma a prepará-los para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. Implica que seja dada às escolas autonomia para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos, de acordo com a realidade de cada um e de acordo com as necessidades dos seus alunos, o que na prática não se tem verificado.

Reforço a ideia de que as lideranças precisam fazer uma “abordagem multinível”, de forma a permitir o acesso ao currículo ajustado às potencialidades e dificuldades dos alunos, com recurso a diferentes níveis de intervenção, através de medidas universais, seletivas ou adicionais, de forma a colmatar as dificuldades mais persistentes ao nível de comunicação, interação, cognição ou aprendizagem, exigindo recursos mais ou menos especializados de acordo com o grau de dificuldade diagnosticado a cada aluno.

[Redacted]

Pedro Miranda



Ao longo desta formação, exploramos a importância das lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos. Discutimos a necessidade de uma liderança inclusiva, que se baseia em uma visão compartilhada, no desenvolvimento pessoal e profissional e na transferência efetiva da formação para o plano organizacional. Também destacamos a importância de práticas pedagógicas inclusivas, diversidade de perspetivas, suporte contínuo e parcerias para impulsionar a transformação das escolas em ambientes inclusivos.

No entanto, é importante reconhecer que cada contexto escolar é único e apresenta desafios e necessidades específicas. Portanto, é essencial adaptar as sugestões de melhoria para a formação de acordo com essas particularidades, considerando as características da comunidade escolar, as demandas dos alunos e as políticas educacionais vigentes.



O novo Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores (RJFCP), instituído com a publicação do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, define um “*novo paradigma para o sistema de formação contínua, orientado para a melhoria da qualidade do desempenho dos professores, com vista a centrar o sistema de formação nas prioridades identificadas nas escolas e no desenvolvimento profissional dos docentes*”.

Ora, tendo em conta o imperativo de acolher nas nossas escolas e lidar diariamente com uma enorme diversidade de alunos e, por outro lado, a necessidade de promover a equidade e a inclusão de todos, independentemente do seu estatuto social, país de origem, etnia, religião, orientação sexual... é amplamente reconhecido o papel crucial de todos os profissionais que atuam nas escolas e a necessidade de formação na área da inclusão. Até porque, como escreveu João Costa, à data Secretário de Estado da Educação, no prefácio do Manual de apoio à Prática,

O compromisso com a construção de uma escola inclusiva, uma escola na qual todos os alunos têm oportunidade de realizar aprendizagens significativas e na qual todos são respeitados e valorizados, uma escola que corrige assimetrias e que desenvolve ao máximo o potencial de cada aluno, é um desígnio nacional e um desafio para o qual estamos TODOS convocados. (DGE, 2018)

A publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e a sua implementação nas escolas, após 10 anos de vigência do Decreto-lei n.º 3/2008, gerou alguma confusão e angústia nos docentes, bem como dificuldades na assimilação dos conceitos que preconiza. A conceção de educação inclusiva assenta, agora, num olhar sobre todos os alunos, assumindo-se que qualquer um, em qualquer momento, pode encontrar barreiras à sua aprendizagem e manifestar dificuldades.

Com a entrada em vigor deste normativo, a escola é desafiada a refletir sobre a forma como se organiza, como interage com os parceiros, como gere os recursos (humanos e materiais) de forma a apoiar todos os alunos que manifestem qualquer tipo de dificuldade. Mas é, também, desafiada a repensar a forma de gerir o currículo, utilizando-o como instrumento para a inclusão de todos os alunos.

Tendo em conta que as lideranças desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva, também a responsabilidade que nos é atribuída é muito maior e somos, não raras vezes, assaltados por dúvidas e incertezas que nos causam algum desconforto, por não sabermos se as nossas decisões e as nossas ações serão as mais acertadas.

Alarcão, I. (org.) (2001). *Escola Reflexiva e Supervisão*. Porto: Porto Editora.

DGE (2018). *Para uma Educação Inclusiva - Manual de Apoio à Prática*.

Ministério da Educação (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Sowder, J. T. (2002). *The Mathematical Education and development of teachers*. San Diego: State University.



Nuno Mota



A promoção de ambientes educativos inclusivos está agora mais facilitada. A capacitação que resulta desta formação promove a proatividade, o compromisso e as interações com propósito para uma escola onde ninguém pode ficar de fora. Para Freire (1970), “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Na perspetiva de quem desempenha funções de liderança de topo de uma organização como é um agrupamento de escolas, aproveitar as potencialidades da diversidade humana e da inclusão tem obrigatoriamente de ser considerado para o desenvolvimento da organização. A sociedade atual está mergulhada numa acelerada evolução social, cultural, linguística e comportamental e a escola não pode ignorar esta realidade.

O trabalho de sala de aula deve sair muito reforçado quando todos contam, quer na forma como os professores ensinam, quer na forma como os alunos aprendem. Ao contrário do que muitas vezes pensamos, a diversidade humana não se constitui com um “atirar de areia para a engrenagem”, mas como oportunidades potenciadoras de um processo de ensino-aprendizagem-avaliação com intencionalidade, propósito e sucesso para que “a inclusão não seja apenas sobre o acesso às escolas regulares, mas também sobre a plena participação e aproveitamento de todos os alunos” (Ainscow, 2001). O papel de professores e educadores sairá tanto mais facilitado quanto maior a sua capacidade para, de forma harmoniosa e holística, colocar este desafio na ordem do dia, tornando esta geração mais criativa, crítica e capaz de produzir conhecimento significativo.

O desafio da disseminação de práticas, através da partilha e do trabalho colaborativo entre pares, de modo a que a verdadeira inclusão assuma o seu papel e tenha impacto no desenvolvimento da escola será um dos veículos para o sucesso, como sustenta a perspetiva de Armstrong (2000), ao referir que “numa sala de aula inclusiva, o papel do professor é ajudar os alunos a se integrarem na comunidade escolar como aprendizes valiosos”.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ainscow, M. (2001). *Understanding Special Educational Needs: A Guide for Student Teachers*. London: David Fulton Publishers.

Armstrong, T. (2000). *In Their Own Way: Discovering and Encouraging Your Child's Multiple Intelligences*. Novato, CA: New World Library.



Cátia Fraga



Enquanto docente e elemento da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, considero essencial a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente das suas diferenças e necessidades.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM SALA DE AULA



Imagem gerada pela IA do Canva

Ana Baptista

A jornada rumo a uma verdadeira educação inclusiva é contínua e desafiadora, mas essencial para promover uma sociedade mais justa e acolhedora. Ainda há muito a ser feito nas nossas escolas para alcançar uma verdadeira equidade de acesso e oportunidades, uma cultura inclusiva e de respeito pela diversidade. É necessário trabalhar estereótipos, preconceitos e práticas excludentes para promover uma verdadeira educação inclusiva, o que requer uma mudança de mentalidade e atitudes em todos os níveis da comunidade escolar. A busca por uma educação inclusiva é um compromisso contínuo que exige ações concretas e persistentes para garantir que cada aluno seja valorizado, respeitado e capacitado a alcançar o máximo do seu potencial na escola.



Gabriel Vilas Boas

A ação “Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula” foi muito útil para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Pessoalmente, constatei como a minha ação, enquanto professor, pode ser determinante ou improdutiva para os alunos abrangidos pela educação inclusiva. Entendi que é necessário dominar bem os conceitos para depois os pôr em prática. Profissionalmente, percebi que há várias ferramentas ao dispor do professor para realizar um trabalho consistente e proveitoso com os alunos que necessitam de uma aprendizagem diferenciada, flexível, personalizada, para aprender Português ou outra qualquer matéria. Tomei consciência de que esse trabalho tem de ser feito em rede e que o feedback dado aos alunos é essencial, tal como o é um bom planeamento das atividades e a diversificação dos meios de envolvimento, representação e expressão (princípios do Desenho Universal da Aprendizagem).

Considero ainda que as práticas inclusivas vão ao encontro da filosofia do projeto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica), assim como da filosofia de projetos educativos nacionais e internacionais, como o Programa Europeu Erasmus +.





Toda a pessoa tem direito à educação.”
(art. 26º Declaração Universal dos Direitos Humanos)

O direito de todas as pessoas à educação está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado pela Declaração de Salamanca, onde se pode ler que

as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito terão de se incluir crianças com deficiência ou sobredotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994, p. 6).

Hoje, não é possível continuar a ensinar tendo por base o paradigma da homogeneização do sistema educativo que preconiza(va) uma normalização de todos os indivíduos - todos os alunos deviam reter os mesmos conhecimentos, ao mesmo ritmo, no mesmo espaço, com o mesmo professor... - que não aceita(va) a diferença.

Cada criança emerge de mundos marcados por diferenças culturais, sociais e económicas. Cada ser tem um percurso de vida singular. Cada criança tem o seu próprio ritmo de aprendizagem. O saber é uma construção pessoal. Os diferentes interesses e necessidades individuais exigem planificações adequadas. Coloca-se à Escola o desafio de diferenciar as situações, as condições e os processos de aprendizagem. A diferença é, assim, um dos principais fatores a ter em conta na ação da escola e dos professores. Desta forma, a grande finalidade da escola será educar a criança como ser individual e social (Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem/IIE Lisboa: IIE, 1994).

No contexto escolar, a diversidade é uma certeza que envolve várias dimensões. Se a diversidade e a heterogeneidade estão na génese da educação, como em todas as áreas da nossa vida em sociedade, então, esta deverá ser encarada como uma força motriz para se criarem oportunidades de aprendizagem com todos e para todos.

Da diversidade emerge o conceito de inclusão, que aparece associado às pessoas com deficiência, mas, não se circunscreve apenas a estas. A escola inclusiva deve ser para todos, independentemente do seu sexo, cor, origem, religião, condição física, social ou intelectual.

No âmbito do tema do curso de formação “Práticas Pedagógicas Inclusivas em Sala de Aula”, procurei adquirir competências que me permitem educar na diferenciação, recorrendo à produção e construção de recursos inovadores, que visam a melhoria do ensino com a mudança de práticas pedagógicas.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca*
UNESCO (1994). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*

“A escola é a vida, não uma preparação para a vida.”
Dewey (1916)



Lúcia Ferreira

“O compromisso com a construção de uma escola inclusiva, uma escola na qual todos os alunos têm oportunidade de realizar aprendizagens significativas e na qual todos são respeitados e valorizados, uma escola que corrige assimetrias e que desenvolve ao máximo o potencial de cada aluno, é um desígnio nacional e um desafio para o qual estamos TODOS convocados. Pretende-se que a educação seja um direito efetivo de todos e não um privilégio de alguns. Isso implica vontades, práticas e aprendizagem cooperativa, porque uma escola só o é quando garante as melhores aprendizagens para todos os alunos. (Prefácio Para uma educação inclusiva - Manual de apoio à prática, 2018)

Temos de reconhecer que a forma como cada aluno aprende é única e singular; uma abordagem curricular única e inflexível não permite garantir oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. É necessário analisar e refletir se as nossas práticas pedagógicas consideram a diversidade dos alunos que temos em sala de aula, se vão de encontro às necessidades de cada um, em particular. Cabe-nos a nós, professores, apesar dos vários constrangimentos com que nos deparamos, sermos os principais agentes de mudança, na construção de uma escola mais inclusiva, onde se pratique a igualdade, mas também a equidade. Cabe-nos a nós “construir uma escola para todos e com todos, na forma e na medida de cada um”.

DGE (2018). *Para uma Educação Inclusiva: Manual de Apoio à Prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE)



Cristina Afonso

Ao longo das sessões deste curso de formação, fui adquirindo um conhecimento mais aprofundado sobre Educação Inclusiva e sobre a sua concretização, nomeadamente através das diferentes medidas de apoio à aprendizagem contempladas na legislação em vigor. Não menos importante do que a aquisição destes conhecimentos foi relembrar que uma das reflexões presentes no meu relatório de estágio, elaborado há mais de vinte anos, relacionava-se precisamente com a perceção de que dar igualdade de oportunidades aos alunos não era proporcionar a todos as mesmas condições, mas adequar as condições para que cada um deles, atendendo ao seu universo pessoal, social e cultural, pudesse desenvolver as suas potencialidades e alcançar os seus objetivos. Tendo em conta que os princípios não são novos, nem os valores humanistas a eles subjacentes, cabe-nos continuar a pugnar para que a inclusão seja cada vez mais uma realidade nas nossas escolas e não apenas uma manobra burocrática sem correspondência com a vida escolar dos nossos alunos.

Pode até ser uma utopia, mas como diz Édouard Hérriot:

“Uma utopia é uma realidade em potência.”

Fátima Isabel Araújo



O curso de formação “Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula” contribuiu para uma reflexão crítica sobre os desafios da diversidade e para apoiar a operacionalização de práticas pedagógicas ajustadas para que todos os alunos aprendam melhor e os professores ensinem melhor.

Ao adotar práticas educativas inclusivas os professores em particular e a escola em geral procuram assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação equitativa, que respeite a sua dignidade e promova seu pleno desenvolvimento, colocando-os em pé de igualdade para ter sucesso. Além disso, concorrem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, onde todos os indivíduos possam exercer os seus direitos e contribuir para o bem comum.

Tais considerações não invalidam a consciência dos desafios que enfrentamos numa escola (e sociedade) ainda bastante conservadora e tradicional. A resistência à mudança, por exemplo, pode ser um obstáculo significativo, quando se trata de redefinir concepções sobre diversidade e inclusão. Para além disso, a minha perceção diz-me que a falta de formação de professores neste domínio pode levar a uma certa resistência ou a uma implementação ineficaz das estratégias inclusivas. Também a falta de financiamento pode dificultar a adaptação de infraestrutura, a aquisição de materiais didáticos e a contratação de profissionais especializados. A própria comunidade escolar, incluindo pais, pode ter uma visão conservadora, com pouca abertura para a inclusão; ora, a aceitação e o apoio da mesma são fundamentais para o sucesso da educação inclusiva. Por fim, uma concepção tradicional da avaliação, fundamentalmente sumativa e realizada com base em instrumentos iguais para todos (principalmente o teste) podem não ser adequados para medir o progresso de todos os alunos, em especial aqueles que necessitam dos mais diversos tipos de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Na verdade, repensar e, sobretudo, colocar em prática as diversas modalidades de avaliação, com instrumentos e objetivos adequados às características de cada aluno, é um aspeto fundamental para garantir a equidade.

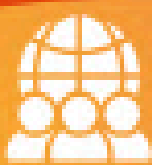
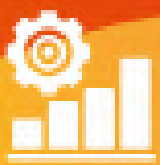
Superar estes e outros desafios exige um esforço colaborativo de toda a comunidade escolar. A sensibilização, a formação contínua e o compromisso com a igualdade e a diversidade são elementos-chave para promover a educação inclusiva.



Aceda à publicação no ícone de hiperligação.



INCLUSÃO DE ALUNOS MIGRANTES EM MEIO EDUCATIVO



REPÚBLICA
PORTUGUESA
EDUCAÇÃO



O documento "Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo", publicado pela Direção-Geral da Educação, identifica os princípios, as estratégias, bem como sugestões e recursos que permitem assegurar a efetiva inclusão dos alunos migrantes no sistema educativo.

Próximo número



Enviem os vossos contributos

Centro de Formação de Associação de Escolas de Amarante e Baião

Sede Escola Secundária de Amarante

Av. General Vitorino Laranjeira, nº 592

4600-018 AMARANTE

Telef. 255410190 – Fax 255432149

e-mail: cfamarantebaiao@gmail.com

Web: <http://esamarante.edu.pt/cfaeab/>